

4ª Vara Cível do Foro Regional I – Santana da Comarca da Capital de São Paulo

Edital de 1º e 2º Leilão de bem imóvel e para intimação de **JOSÉ ANTONIO MARTINS DOS SANTOS**, RG nº 44.288.053-SSP/SP e inscrito sob o CPF/MF 312.763.038-74, e **DARLETE MEIRA DOS SANTOS**, RG Nº 40.596.012-8 SSP/SP e CPF/MF Nº 352.168.358-30, expedido nos autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial, requerida por **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO CARAVELAS**, CNPJ/MF nº 13.092.880/0001-15, na pessoa do seu representante legal, Processo nº 1012862-56.2018.8.26.0001.

O Dr. Advanir Carlos Moreira da Silveira, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível do Foro Regional I – Santana da Comarca da Capital de São Paulo, na forma da Lei, etc, **FAZ SABER** que, com fulcro no artigo 881 § 1º, do CPC e regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, através do Leiloeiro Público Oficial, **CLEBER CARDOSO PEREIRA JUCESP nº 975**, com escritório na Rua Alfredo Pujol, nº 285 - Cj. 112 - Santana - São Paulo/SP, CEP 02017-010 e na forma do art. 879, II do CPC, regulamentado pelo Provimento 1625/2009, através do gestor judicial homologado pelo Tribunal de Justiça, www.clebercardosleiloes.com.br, no dia **29/03/2021, às 16:00 horas, terá início a 1ª praça e se estenderá por três dias subsequentes, encerrando-se em 01/04/2021, às 16:00 horas**, sendo entregue a quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo que, em não havendo licitantes, abrir-se-á a **2ª praça no dia 01/04/2021, às 16:01 horas e se encerrará no dia 28/04/2021, às 16:00 horas**, para o 2º Leilão, ocasião em que o referido bem será entregue a quem mais der, não devendo ser aceito lance inferior a **60%** da avaliação atualizada. Pelo presente edital, os executados **JOSÉ ANTONIO MARTINS DOS SANTOS**, RG nº 44.288.053-SSP/SP e inscrito sob o CPF/MF 312.763.038-74, e **DARLETE MEIRA DOS SANTOS**, RG Nº 40.596.012-8 SSP/SP e CPF/MF Nº 352.168.358-30, bem como a credora fiduciária, **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, ficam **INTIMADOS** da penhora, avaliação e datas das praças, juntamente com cônjuge ou companheiro se casado for, bem como eventuais terceiros, caso não seja localizado para intimações pessoais, bem como os demais credores, nos termos do artigo 889 do CPC.

CONDIÇÕES DE VENDA: DOS LANCES: O presente Leilão será efetuado na modalidade “ON-LINE”, os interessados deverão cadastrar previamente no portal para que participem do Leilão eletrônico fornecendo todas as informações solicitadas, sendo que os lances deverão ser fornecidos através de sistema eletrônico do gestor www.clebercardosleiloes.com.br e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Não será admitido sistema no qual os lanços sejam remetidos por e-mail e posteriormente registrados no site do gestor, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lanços. Sobrevindo lance a menos de três minutos para o encerramento do horário do leilão acima referido, o sistema prorrogará automaticamente e sucessivamente por mais três minutos, a cada novo lance, dando-se igualdade de condições aos licitantes, fechando-se após 3 minutos em que não sobrevier nenhum lance após o último ofertado. O incremento mínimo obrigatório é de **R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)**, para o fim de lanços superiores ao lance corrente, conforme artigo 16, do Provimento CSM nº 1.625/2009.

DO PAGAMENTO: O Arrematante deverá depositar no prazo improrrogável de 24 horas o valor do lance vencedor através da guia de depósito judicial (a ser obtida na agência do fórum ou através do site www.tjsp.jus.br – Portal de Custas).

PAGAMENTO PARCELADO: Os interessados poderão apresentar proposta de pagamento parcelado (Art. 895 e parágrafos seguintes CPC), observando que os lances para a venda parcelada terão que ser ofertados até o início da 1ª Praça pelo valor não inferior ao da avaliação e até o início da 2ª Praça pelo valor não inferior a 60% do valor da avaliação. A apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC) e o pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre o parcelado (Art. 895, § 7º, CPC). Eventual descumprimento da proposta serão aplicadas ao arrematante as penas da lei (Art. 895, § 4º e 5º do CPC).

DA COMISSÃO DO LEILOEIRO: A comissão do leiloeiro será de 5% (*cinco por cento*) sobre o valor de arrematação, a ser paga pelo Arrematante, no prazo de até 24 horas após o leilão, através de depósito bancário em dinheiro na conta a ser indicada pelo Leiloeiro no prazo de até 03 (três) horas após o fechamento da praça.

DO AUTO DE ARREMATAÇÃO: Após a efetiva liquidação dos pagamentos acima, o auto de arrematação será assinado pelo Juiz.

DAS PENALIDADES: Decorridos o prazo sem que o arrematante tenha realizado os depósitos, tal informação será encaminhada ao MM Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis. O não pagamento do preço da aquisição e/ou da comissão do leiloeiro oficial implicará ao ofertante remisso eventual imposição de multa a ser oportunamente arbitrada pelo MM Juízo expropriatório e/ou das outras penalidades previstas pelo artigo 897 do CPC, com a aplicação para o adquirente remisso do previsto pelos artigos 355 e 358 do Código Penal. Em caso de **ADJUDICAÇÃO, REMIÇÃO OU ACORDO**, após a publicação do edital, a comissão será de 3% (*três por cento*) sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo adjudicante ou pelo executado conforme o caso. Caso houver composição após a publicação de editais, além da comissão prevista, as partes deverão declinar em sua minuta de acordo quem arcará com tais custos, sob pena de o(a) executado(a) suportá-lo integralmente.

FALE CONOSCO: Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas no escritório do Leiloeiro Oficial, na Rua Alfredo Pujol, nº 285 - Cj. 112 - Santana - São Paulo/SP, CEP 02017-010 (11) 2978-6710, E-mail: contato@clebercardosoleiloes.com.br.

BEM: OS DIREITOS DO CONTRATO SOBRE O IMÓVEL Apartamento nº 153, localizado no 15º andar ou 18º pavimento do condomínio/edifício denominado Residencial Caravelas, situado na Avenida Júlio Buono nº 1.620, na Vila Ede, 22º Subdistrito, Tucuruvi, com a área privativa de 55,355m²., a área comum de divisão não proporcional de 9,966m²., e a área total de 88,1121m²., equivalente a uma fração ideal de 1,1905% no terreno e nas partes de propriedade e uso comum do condomínio ou 22,2857m²; com direito de usar 01 (uma) vaga para estacionamento de 01 (um) veículo na garagem coletiva do condomínio. Matrícula do

imóvel nº 206.491 do 15º Registro de Imóveis da Capital. Cadastro de Contribuinte Municipal nº 068.226.0010-8 e 068.226.0255-0 (em maior área). **Avaliação (SETEMBRO DE 2020): R\$ 150.981,05** (cento e cinquenta mil, novecentos e oitenta e um reais e cinco centavos), **que será atualizada até a data do leilão pela Tabela Prática do TJ/SP.**

LOCAL ONDE SE ENCONTRA O BEM: Rua Júlio Buono, nº1620, Vila Ede- São Paulo –CEP 02201-000.

OBS: De acordo com informações prestadas pela Caixa Econômica Federal às fls. 497/498 dos autos, os direitos do fiduciante até setembro de 2020 somava-se R\$ 150.981,05 (cento e cinquenta mil, novecentos e oitenta e um reais e cinco centavos), parte esta objeto do presente leilão. Resta-se em aberto o valor de R\$ 193.956,88 (cento e noventa e três mil, novecentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos). Assim, os direitos do contrato sobre o imóvel dizem respeito a posição contratual do executado, a qual se inserirá o arrematante a título de sub-rogação dos direitos do fiduciante, mediante pagamento integral do devido à esta empresa pública, e desde que preencha os requisitos legais para figurar como substituto contratual perante a CAIXA.

VISITAÇÃO - Os bens levados a leilão judicial, poderão ser vistoriados, em horário comercial, devendo ser agendada a visita através de E-mail contato@clebercardosleiloes.com.br.

OBS: A venda será efetuada em caráter “**AD CORPUS**” e no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, sendo que a verificação dos documentos, gravames/credores bem como de área serão de responsabilidade do arrematante, sendo responsável por eventual. Nos termos do artigo 901 e artigo 903 do CPC, todos os atos necessários para a expedição de carta de arrematação, bem como registro, ITBI, imissão na posse e demais providências que se façam necessárias serão de responsabilidade do arrematante.

TAXAS E IMPOSTOS: Eventuais taxas ou impostos incidentes sobre o bem correrão por conta do arrematante ou adjudicante, com exceção dos débitos do § único do artigo 130 do CTN, que se sub-rogam sobre o preço do bem. “Despesas gerais relativas à desmontagem, transporte e transferência patrimonial do bem arrematado, baixa de gravames e imissão na posse serão de responsabilidade do arrematante, junto ao MM. Juízo da causa”. Fica o executado, bem como os demais interessados, **INTIMADOS** das designações supra, na pessoa de seus advogados se não forem localizados para a intimação pessoal, nos termos do artigo 889, inciso I do CPC. **Não constam dos autos haver recurso ou causa pendente de julgamento.** Será o presente edital, afixado e publicado na forma da Lei. São Paulo, aos 17 de fevereiro de 2021.

Dr. Advanir Carlos Moreira da Silveira
Juiz de Direito